

Vitória Gabriel Lemos

**Desemprego contemporâneo: um exame da estrutura
social, política e econômica brasileira e mundial**

Fartura

2017

1.INTRODUÇÃO

A percepção do desemprego como reflexo nítido da economia é premissa inicial para a compreensão das conjunturas socioeconômicas vividas pela população em um dado momento da história. Consoante à ordem cronológica do tema exposto, faz-se necessário a análise do fenômeno em sua contemporaneidade, partindo da segunda metade do século XX, eminente por seus ciclos de expansão e movimentos de mercado ascendentes, que conceberam no século seguinte, uma das maiores crises financeiras globais.

O caráter interdisciplinar que assume, abrangendo campos da economia, política, sociologia e psicologia, permite uma série de interpretações à seu respeito. Na seguinte tese, tenciona-se conciliar linhagens distintas de pensamento acerca dos acontecimentos que sucederam desde os antecedentes da crise e seus impactos posteriores, até as perspectivas correntes sobre as tendências mundiais.

O artigo aqui presente se alicerça em uma crítica central aos princípios ideológicos dominantes no meio social que estão produzindo um retrocesso nas relações humanas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A doutrina neoliberal e suas influências na transição dos modelos industriais.

O modelo fordista popularizado no ramo industrial, durante o século XX, alterou relativamente o padrão de fabricação dos bens de consumo, visando ao aumento da produção em massa, caracterizada pela mecanização. O sistema assemelhava-se às técnicas manufatureiras devido à estreita divisão das funções operárias, gerando um trabalho em cadeia, demasiadamente repetitivo e padronizado, que foi responsável pela ampla redução de custos nas linhas de montagem.

Prova disso, a metodologia de Henry Ford, consagrada nos anos dourados, impulsionou o ciclo de prosperidade estadunidense que afetaria positivamente tanto sua economia, bem como a vida de muitos americanos. Esse modelo só entra em declínio, na década de 70, com o “Just in Time” e a acumulação flexível de mercadorias, marcas específicas do toyotismo. O sistema japonês priorizava a especialização dos profissionais em diversas segmentações da produção e abolia a massificação; outro diferencial notado estava na rapidez do deslocamento do fluxo de mercadorias, propiciado por avanços tecnológicos nos meios de comunicação e logística.

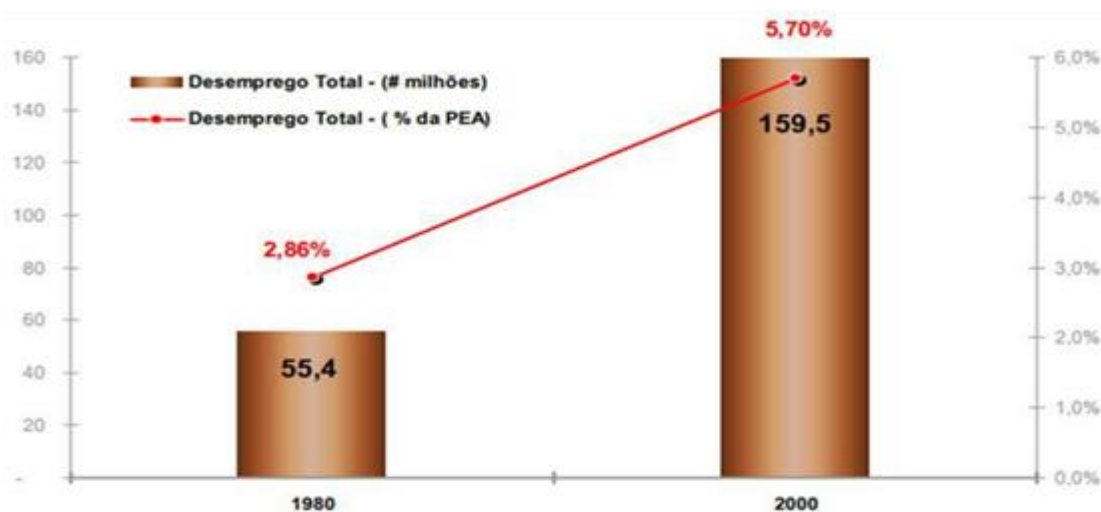
A substituição da força de trabalho humana tinha em si propósitos fundamentados no neoliberalismo emergente, o qual ambicionava o acúmulo de capital e o fortalecimento do poder econômico das grandes corporações perante o controle

político estatal, bem citado por Milton Santos (2000), como a passagem “da Política dos Estados à Política das Empresas”. O novo modelo industrial inserido no mercado deu abertura, então, à formação de uma elite dominadora dos fluxos do capital financeiro e das informações; assim, cultura e economia ficaram a serviço de interesses privados. (Mandelbaum, Belinda. Ribeiro, Marcelo, 2017, p.18)

Como reação, as subsequentes reformas do setor secundário produziram um grande índice de desocupação, em função do novo meio técnico-científico-informacional que ia sendo implantado, à custa de profundas transformações no espaço geográfico e da emergente consolidação do processo de globalização.

Sob os efeitos da globalização da economia, a desregulamentação trabalhista foi argumentada pelo funcionamento competitivo do mercado, que resultou na crescente elevação da taxa do desemprego estrutural¹ em âmbito internacional, como pode ser evidenciada no gráfico a seguir:

Gráfico 1: População Economicamente Ativa e o Desemprego Total 1980/2000



Nota: O gráfico revela o crescimento expressivo de 2,84% do índice de desemprego a partir da década de 80, um aumento de aproximadamente 104 milhões de trabalhadores que saíram de seus ofícios.

2.2. Mundialização financeira: desmoronamento da economia norte-americana e impacto global.

Pretende-se em um primeiro momento, entender a crise como um fenômeno comum, pertencente às relações humanas, semelhante aos transtornos sucedidos entre os indivíduos,

¹ Desemprego Estrutural: É causado pelo fato da força de trabalho disponível não possuir as competências que as organizações procuram. Pode estar ligado à inserção de tecnologias no meio produtivo, informatização das empresas e órgãos públicos e adoção de processos administrativos mais eficientes nas empresas, entre outras.

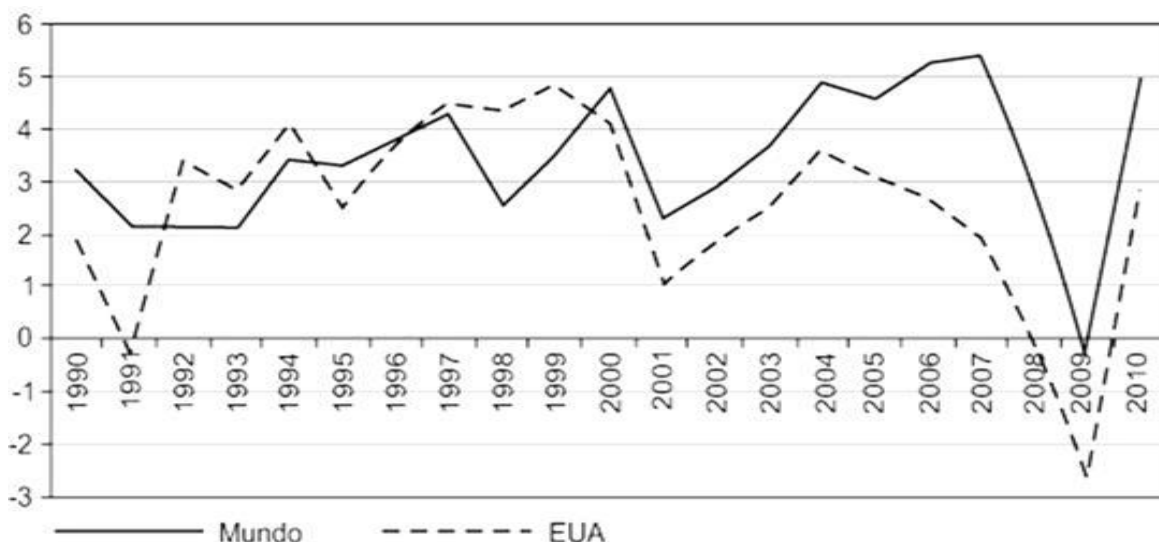
que consiste basicamente na quebra da confiança no convívio das partes envolvidas, resultante de ações desprovidas de planejamento (que previniriam perturbações à longo prazo), acrescida a situações adversas vividas anteriormente. Essa reunião de conflitos acumulados promoveria um momento de grande instabilidade e possível ruptura entre os entes estabelecidos. A crise financeira transcorreu de maneira análoga aos comportamentos humanos, justamente por ser regida pelos mesmos.

O terrível ano de 2008, que assolou o mundo com a quebra da economia norte-americana, teve relações intrínsecas com a corrente econômica difundida no final do século

O neoliberalismo e sua “autossuficiência” diante o funcionamento da rede financeira, geraram distúrbios na fluidez do sistema, devido às políticas irresponsáveis de concessão de crédito fácil ao setor imobiliário, aliada a securitização dos chamados “toxic waste”², que representavam a perda da credibilidade acerca de sua validade.

Na percepção do cenário insolvente que foi arquitetado, as primeiras perdas notadas foram a falência de instituições de grande porte, como a Lehman Brothers, AIG, Freddie MHC, Marryl Lynca, em virtude da falta de liquidez bancária, seguidas da elevação de juros para conter a inflação e a inadimplência dos credores. Tais conjunturas acarretaram a retração mundial da economia, o aumento da dívida pública e externa dos Estados Unidos (que alcançou 80,8% do PIB, em 2010) e a queda da demanda por *commodities*³, que viria afetar claramente nações subdesenvolvidas, como o Brasil

Gráfico 2: Taxa de variação do PIB mundial e estadunidense, 1990-2010

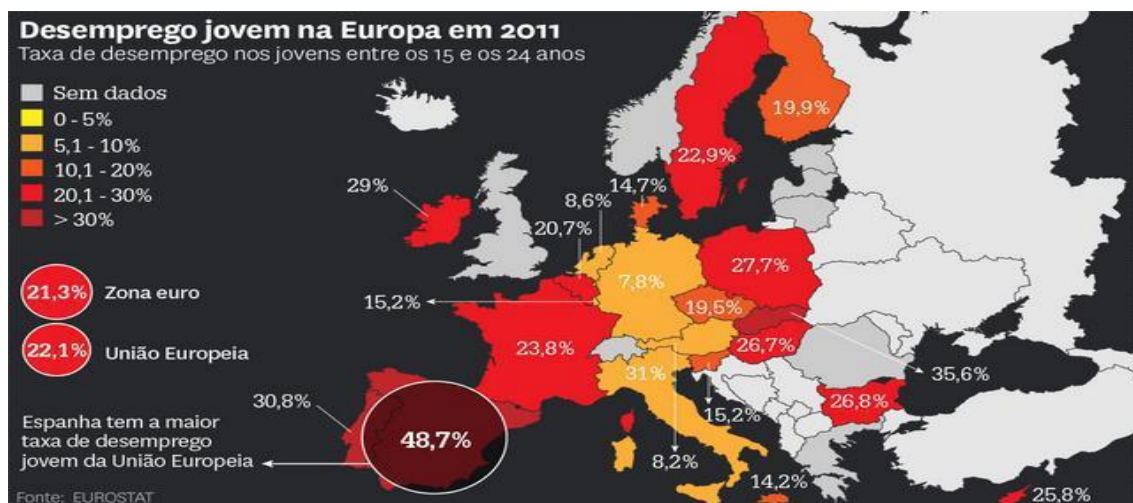


²Toxic Waste: títulos podres, AAA, avaliados por agências de classificação de risco interessadas em vendê-los como produtos sólidos

³Commodities: bens de origem primária, como produtos agrícolas e minérios, que são produzidos e exportados em larga escala, geralmente, por países subdesenvolvidos, e negociados na bolsa de valores.

Nota: O gráfico exibe um paralelo entre a variação do percentual do PIB (Produto Interno Bruto) mundial e estadunidense, em um período de 20 anos. A retração da economia é visivelmente aparente nos anos 2000-2001, com a bolha da internet e, em 2007-2010, intervalo pré e pós crise de 2008.

Simultaneamente, os efeitos da quebra da bolsa de NY chegaram a nível externo e, gradualmente, desencadearam crises cíclicas e desregulamentação financeira, principalmente na antiga União Europeia, marcada por um crescente déficit fiscal, sobretudo nas PIIGS⁴, onde houve uma elevação significativa das taxas de desemprego conforme evidenciado na figura abaixo:



Visto este panorama, fica nítido a condição de colapso das economias internacionais pós perdas de 2008. Os efeitos sistêmicos da quebra de uma potência considerada estável, mostram a fragilidade do sistema em qual estamos colocados, sujeitos a catástrofes inesperadas e com fortes tendências ao fracasso. Adiante são explanadas algumas repercussões mundiais da crise, voltada particularmente para o aspecto do desemprego conjuntural⁴:

a) Brasil e economias latinas: no caso do Brasil, os seis trimestres de crescimento antecedentes diminuíram impactos na economia, atrelados às condutas do setor bancário para retrain a expansão de crédito, com o intuito de conter as expectativas de inflação. Apesar das práticas protecionistas, o Brasil foi drasticamente afetado após a fuga de capitais promovida pela depreciação do Real. Assim, com a diminuição do câmbio e queda no preço das commodities, várias empresas exportadoras faliram; houve grande retração do setor agrícola, automobilístico e construção civil; as taxas de contratação caíram drasticamente

⁴Desemprego Conjuntural: Gerado por demissões temporárias, fruto de crises econômicas.

(61.401 em outubro de 2008, em comparação com 205.260 no ano anterior). Apesar do panorama, economistas apostavam em previsões positivas quanto aos respingos da crise nas economias latinas, como salienta Pierre Salama:

“ A melhoria da maior parte dos indicadores de vulnerabilidade, assim como o bom nível dos fundamentos (excedentes da balança comercial, retomada do crescimento e a manutenção de uma taxa de inflação em nível pouco elevado, diminuição mais ou menos pronunciada da pobreza) deveriam preservar as economias latino-americanas dos efeitos nocivos de um possível contágio.[...] China e Índia mais particularmente poderiam se constituir numa "sorte" para as economias desenvolvidas e "ajudá-las" a sair de sua crise.”

Os fatos que sucederam não correspondem às perspectivas esperadas, devido a dependência entre blocos emergentes e potências desenvolvidas.

b) União Europeia e Eurozona: no que se refere à deterioração do mercado de trabalho na Zona do Euro, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), apontou, logo em novembro de 2008, uma taxa de desemprego de 7,8% que atingiu a marca de 21,3% em 2011, entre os jovens, enquanto o restante da União Europeia chegava aos 22,1%. As PIIGS somavam neste mesmo ano, uma dívida de 845 bilhões de euros e índices de desocupação superiores a 30%, ocasionada por irresponsabilidades fiscais e governamentais, que geraram um grande rombo na economia.

c) Estados Unidos: o epicentro da crise- os números do desemprego chegaram a 10% no final de 2009, segundo dados da BBC, com uma perda de 1,2 milhão de vagas no mercado de trabalho, entre janeiro e novembro de 2008, e dívida externa de aproximadamente 10,7 trilhões de dólares. A intensa desaceleração econômica que afligia toda a nação estadunidense fora propiciada pela desregulamentação financeira inicializada com as práticas neoliberais e neoclássicas, nas décadas anteriores, que ambicionavam o enfraquecimento do poder do Estado. Ironicamente, sua intervenção sagrou-se como a única forma de “salvação da economia”, dotada por mecanismos de ingestão de liquidez e legitimação política. Nesse contexto, Luiz Carlos Bresser discorre: “Um liberal pode opor coordenação do mercado à do Estado, mas não pode se colocar, como os liberais se colocaram, contra o Estado, buscando diminuí-lo e enfraquecê-lo. O Estado é muito maior do que o mercado. Ele é o sistema constitucional-legal e a organização que a garante; é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação. Cabe ao Estado regular e garantir o mercado e, como vemos agora, servir de prestador de última instância”. (Crise e recuperação da confiança, Revista de Economia Política, 2009, pg 134)

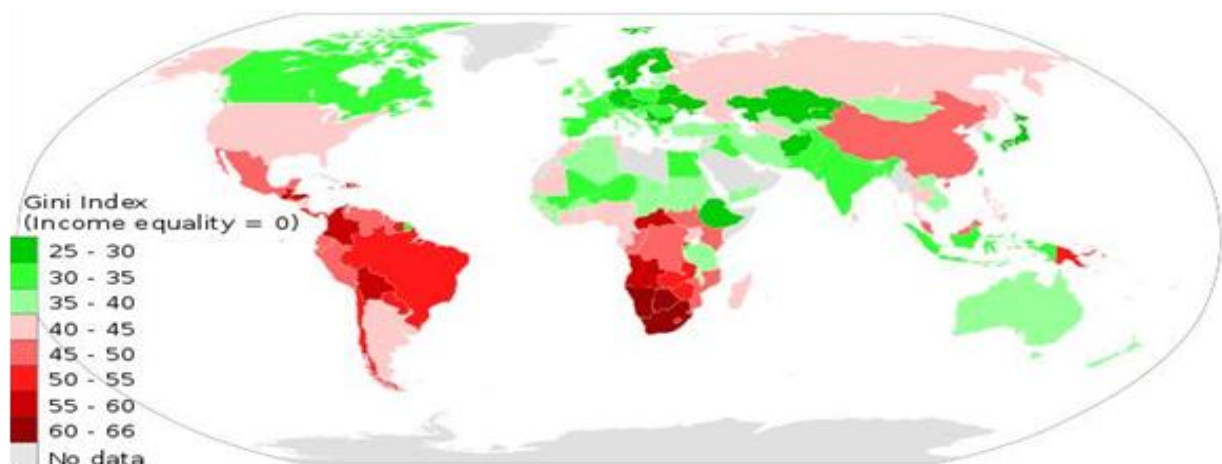
2.3. Regionalização Norte-Sul e desnivelamento social: as conjunturas atuais e perspectivas de desenvolvimento econômico.

Propondo-se uma abordagem plural em relação à classificação dos países centrais e periféricos, é primordial que haja de antemão um balanço analítico de seus Índices sócio-econômicos.

A primeira distinção a ser avaliada trata-se da chamada regionalização Norte-Sul, que divide os países do globo. Nessa circunstância, os países tidos como “do Norte”, delineiam economias vigorosas e relativamente estáveis (correspondente ao amplo acúmulo de riqueza) e alto poder aquisitivo de seus habitantes. Além, alguns usufruem de sua supremacia dentro de organizações internacionais, tais como, ONU, OMC, OIT, visando a tomadas de decisões em benefício próprio, conotada pela alcunha “geopolítica”, banalizada nos escalões administrativos. Em contrapartida, países incorporados à regionalização “do Sul” subsistem em condições antagônicas, marcados por diversos problemas sociais (altas taxas de violência, má distribuição de renda, saúde precária), precedentes de sua colonização que, ainda hoje, produzem reflexos estruturais.

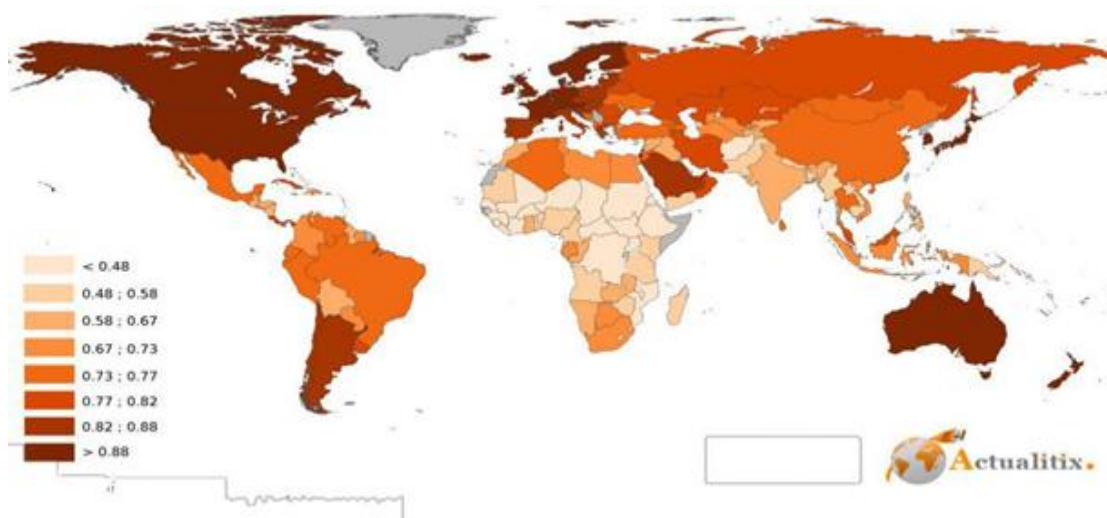
Os esboços a seguir pretendem viabilizar a compreensão da real conjuntura vivida pela população local de cada federação:

Gráfico 3: Índice de Gini e a Desigualdade Renda - ano de 2014



Nota: O Coeficiente de Gini é um medidor social utilizado para calcular a desigualdade e distribuição de renda e consiste em uma escala que varia de 0 a 1; 0 absoluto corresponde à completa igualdade (toda a população recebe a mesma grandeza salarial), e 1 à desigualdade extrema (somente uma pessoa recebe todo o rendimento). As duas realidades são evidentemente extremistas e utópicas, no entanto o Índice de Gini é bastante eficiente ao retratar a média salarial da população.

Gráfico 4: Índice de Desenvolvimento Humano - ano 2014



Nota: O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, constitui-se em uma grandeza comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento. Essa estatística é feita a partir de critérios avaliativos, como expectativa de vida (longevidade), escolaridade e renda *per capita*. Difere-se do Índice de Gini em razão da quantificação inversa de seus valores. Assim, o 0 equivale ao não desenvolvimento e o grau 1 ao desenvolvimento máximo de um país.

Tendo por base o panorama expresso, pretende-se efetivar, então, um exame pouco mais detalhado sobre as disparidades existentes em âmbito global, determinantes à subdivisão das nações e sobre a maneira como afetam diretamente a questão do desemprego:

a) nações desenvolvidas: os chamados “países do Norte” detêm avaliações positivas nos dois indicadores, revelando melhores padrões de qualidade de vida a seus habitantes, distribuição homogênea de renda e taxas reduzidas de fecundidade, analfabetismo e mortalidade infantil (que demonstram a eficiência nos sistemas de saúde e educação); além da excelente infraestrutura de moradia e segurança, em razão da alta urbanização.

Suas atividades econômicas são predominantes nos setores secundário e terciário, por conseguinte, há investimentos maciços na área de pesquisas, voltados para o campo tecnológico e científico, o que explica a implantação progressiva da automação e da robótica nos meios industriais. A inserção de novas tecnologias, em função da substituição da mão de obra humana, firma-se, então, como a principal fonte do desemprego nos países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão, Canadá e Alemanha. A fim de reduzir custos de produção, a migração de filiais das empresas transnacionais para países subdesenvolvidos é outra aposta que vêm fomentando o aumento desses índices, posto que deixa de gerar

empregos no país-sede. Suplementarmente, o número de jovens que não mantém atividades no mercado de trabalho por pelo menos um ano, têm crescido gradativamente, proporcionados pela escassez de empregos estáveis e “decentes”, aliado, a ausência de experiência profissional recente, que colabora para que muitos empresários deixem de contratar jovens e passem a dar preferência a adultos.

b) nações subdesenvolvidas: composta pelas economias periféricas retratam situações bastante adversas aos países centrais. Os índices refletem a má distribuição de renda preexistente (larga distância entre ricos e pobres), precariedade do sistema educacional e de saúde (marcada pelas altas taxas de natalidade e mortalidade e baixos níveis de escolarização e, conseqüentemente, de qualificação), má administração dos órgãos públicos e falhas nas estruturas de transportes, comunicação e segurança. Portanto grande parte dos serviços no setor primário, produzindo uma balança comercial desfavorável em vista da importação de produtos tecnológicos.

O atraso econômico em comparação aos países desenvolvidos tem raízes históricas assinaladas desde a sua colonização, quando grandes potências, que se firmaram na nova ordem mundial, edificaram-se com a exploração de países menos desenvolvidos, localizados no continente africano, sul-asiático e latino-americano. Com efeito, neste período de dependência política e administrativa das metrópoles, as colônias distenderam certa fragilidade na sua autonomia e problemas estruturais crônicos, que atingem bruscamente economia e mercado de trabalho.

A falta de oportunidade de emprego em países subdesenvolvidos é um dilema preocupante no contexto internacional, ao passo que há desaceleração no processo de erradicação da pobreza (os números relativos à pobreza extrema atingem, atualmente, 40% da população em países menos desenvolvidos), forjando um cenário global de estagnação econômica, provido pela discrepância entre países ricos e pobres, afinal não se pode haver um crescimento econômico concreto sem deixar para trás milhões de pessoas que perseveram em condições de sub humanidade.

A ausência de uma solidariedade global entre estas nações reflete a farsa encenada pela ONU (Organização das Nações Unidas), instituição de cooperação intergovernamental que atua no auxílio do progresso social, desenvolvimento econômico e combate à fome no mundo. Enquanto este órgão não somente carrega, como prega uma imagem de “boa samaritana”, esconde-se a miséria social instalada em diversos países da África, dentre eles Zimbábue, Moçambique, Guiné e República do Congo.

c)países emergentes: representados sobretudo pelos BRICS⁵, apontam economias em pleno desenvolvimento econômico, em função de investimentos estrangeiros nos setores produtivos, instalação de filiais de empresas transnacionais, formação expressiva de capital e expansão da industrialização e da infraestrutura de transportes. O avanço na área social é notado, também, através das mudanças na estrutura (grande contingente populacional deixando a linha de pobreza/ extrema pobreza e ingressando na classe média baixa), renda per capita moderada, coincidente com o padrão de qualidade de vida nestes países (que se encontram entre médio e baixo).

Apesar da concepção de um processo de crescimento econômico e rastros de geração de empregos, boa parte das economias emergentes sofre com a vulnerabilidade dos postos de trabalho e escassez da demanda global, associados à mecanização da produção e à falta de qualificação profissional, traduzindo um cenário desanimador para os próximos anos.

Em pauta, o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, sublinha: “A significativa desaceleração das economias emergentes, aliada a um declínio acentuado nos preços das commodities, está tendo um efeito dramático sobre o mundo do trabalho”.

2.3.1. O panorama brasileiro: paralisação da economia e a reforma trabalhista.

Particularmente, a causa do desemprego no Brasil, funde-se entre a baixa instrução de uma grande maioria dos trabalhadores, más políticas de criação de empregos e o período de recessão que sofre a economia. As falhas gigantescas no sistema público educacional constituem-se ainda como o principal motor da estagnação econômica brasileira, condicionadas pela carência de investimentos no setor, no que se refere ao repasse de verbas federais e estaduais às instituições de ensino, bem como pela insuficiência dos currículos escolares.

A má gestão governamental, quanto à manutenção dos setores trabalhistas, acaba por dificultar possíveis melhoras na crise de emprego, sob efeito da grave crise política em que se encontra o país, que afeta diretamente a economia, desestabilizando, assim, valores de transações e aplicações e promovendo insegurança tanto da parte de investidores estrangeiros como de empresários e trabalhadores locais no fechamento de contratos e parcerias. O andamento da operação Lava-Jato, descobertas do rombo nos cofres da Petrobrás, agregado ao posterior envolvimento do atual presidente, Michel Temer, em práticas de corrupção passiva em negociações feitas pelos donos da JBS, maior processadora de carnes do mundo e doadora eleitoral brasileira, e demais escândalos abrangendo expoentes da política e

⁵ BRICS: grupo político de cooperação, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

economia brasileira, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras figuras do Senado e Câmara dos Deputados, estão entre as razões da perda de credibilidade num futuro próspero e mudanças no contexto nacional. Resta ao povo brasileiro depositar novas esperanças nas eleições de 2018, uma oportunidade de fazer o uso consciente de um direito civil que é dado universalmente a todos os brasileiros, maiores de 16 anos: o voto, e escolher novos representantes que possam trazer mudanças vitais ao estado caótico que vive a economia brasileira. É evidente que, este se constitua como um desejo utópico e tipicamente nacionalista, dos que vivem na ânsia eterna da evolução do país.

Diante desta ótica, discute-se ainda uma reforma trabalhista que prevê o estímulo da economia, regulamentação das contas públicas e geração de postos de emprego no mercado. A reformulação da legislação divide opiniões, simpatizantes a atualização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) afirmam que a mesma é uma peça do passado que bloqueia o desenvolvimento do país, dado que há intromissão excessiva do Estado no elo empregado-empregador. Deste modo a flexibilização das leis trabalhistas seria um método eficaz e simplista de promover maior dinamismo nas relações entre patrão e funcionário, no que diz respeito à escolha opcional da jornada de trabalho, intervalos e férias, por exemplo. Dentre os benefícios a serem aprovados inclui-se a autenticação do home office e abolição da obrigatoriedade do imposto sindical. No entanto, é justamente a adoção do “acordado sobre legislado” que gerou motivo de debate. Opositores alegam que a hierarquia presente no interior das empresas faz com que haja uma distribuição de poder não igualitária entre os integrantes da instituição, logo, o detentor dos meios de produção e capital resguardam o poder de decisão e poderão usufruí-lo para explorar e precarizar o trabalho de seus operários, fazendo uma alusão ao velho ditado popular: “a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”, tendo em vista, a desunião sindical dos trabalhadores e a abundante procura existente; a inserção da reforma oferece riscos a classe menos favorecida, abrindo portas ao retorno de uma “escravidão” mascarada - esquema citado por Ganz Lúcio, como: “um grande estatuto de proteção à empresa”. As severas críticas contra a reforma baseiam-se em dados da OIT e na quebra de expectativas obtida com a implantação destes moldes em economias europeias. Nos levantamentos propostos observa-se que o sistema resultou numa estagnação econômica promovida pela depressão salarial. Hipoteticamente, as repercussões podem vir a ocorrer de maneira análoga no Brasil, uma vez que a informalidade atinge grande contingente populacional. O que sucederia, portanto, seria sua legalização, sem alterar, todavia as condições e oportunidades de trabalho. Paralelamente, a terceirização seria expandida, amplificando alternativas de burlar as leis trabalhistas por meio da “pejotização”, contratação de pessoas jurídicas para realização de serviços regulares, que deveriam ser exercidos por

pessoas físicas, compondo relações empregatícias fraudulentas e carregadas de ilegalidades.

2.4. A questão dos jovens no mercado de trabalho.

É perceptível que o fenômeno atinja muito mais aos jovens, entre 15 e 24 anos, que aos adultos, por uma série de complicações sofridas na posição desses novos trabalhadores, sobretudo, pela intensa rotatividade que desempenham no mercado de trabalho, movida por processos de experimentação de determinados ofícios na busca da “profissão dos sonhos” ou daquela que será estabelecida até o fim de sua vida laboral, como também pela precariedade das ocupações disponibilizadas aos jovens que, geralmente, são mal remuneradas e de curta duração. Outro fator implicado são os altos custos de contratação-demissão destes funcionários.

No relatório *Panorama da Sociedade* publicado pela OCDE, em 2014, desemprego longo prazo é visto como preocupante. O estudo aponta para períodos difíceis na regeneração do cenário social, apesar de indícios na retomada da economia em algumas nações.

“Com um número cada vez maior de pessoas sem experiência profissional recente, com competências que se desvalorizam e que as empresas têm reticências em contratar, as fileiras de desempregados desencorajados, que não procuram mais ativamente um trabalho, não param de aumentar.

[...] O prolongamento da duração do desemprego é muito mais difícil converter uma retomada econômica hesitante em uma recuperação efetiva da economia que permite criar empregos.

A causa do desemprego, particularmente o de longo prazo, pode prejudicar as perspectivas de carreiras futuras e pesar na saúde mental das pessoas, além de aumentar os custos sociais”⁶

2.5. Dinâmica social do desemprego: os prejuízos psicossociais e as lutas pela mobilidade.

Em última instância, é pertinente ressaltar as dimensões sociais tomadas pelo déficit de ocupações no mercado de trabalho. Como visto anteriormente, o artigo aqui presente incumbiu-se de abordar os principais fatores que o engendram, porém, não se pode passar despercebido os prejuízos psicossociais que provocam nos indivíduos.

⁶Para consulta de trechos do relatório ver o artigo de Daniela Fernandes em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140317_desemprego_longo_prazo_pai_df>

Nesse sentido, é essencial ter em mente os rumos que esse “desafio” toma na vida das pessoas, visto que se comporta como um obstáculo a ser superado, e na maioria dos casos, torna-se até um pesadelo, onde os envolvidos devem obter soluções instantâneas seja para própria sobrevivência ou para a atenuação do estado de instabilidade psíquica.

Na melhor das hipóteses, os desempregados tendem a procurar trabalhos informais como meios de obtenção de renda, como se encontram atualmente os 33 milhões de brasileiros sem carteira assinada e ganho fixo. Em outros casos podem vir a se converter em alternativas nem tanto idôneas, na medida em que o desemprego tem fortes influências no aumento dos índices de criminalidade e violência. Infelizmente, o mundo do crime é uma saída bastante atrativa e se configura como um método acelerado e eficaz de inverter uma situação de dificuldade financeira para uma de ascensão social, anseio de qualquer trabalhador, uma realidade bastante improvável, em um país com vastas desigualdades como o Brasil, em vista da desvalorização e precariedade das condições trabalhistas. O caso da violência se agrava ao adentrar o núcleo familiar. O atrito surtido entre os membros expõe-se a níveis extremos de desespero agregado a situações momentâneas que instigam a face impulsiva do ser humano, numa busca pela culpabilidade do outro pela atribuição vivenciada. Nada surpreendente que estes números culminem, majoritariamente, o sexo feminino, à custa da superioridade masculina, no quesito físico, em que sua capacidade “força” sobrepõe a de suas parceiras, ocasionando frequentemente violência no interior de seus próprios lares, sem nenhuma proteção.

Quando examinados a partir de um olhar psicológico, os efeitos do desemprego têm vínculos diretos com a perda da autoestima, sentimentos de inutilidade e frustração perante a vida, instigados pelo desgaste emocional, que se estendem a quadros complexos de depressão, deficiência nas capacidades cognitivas e isolamento social, como corrobora Clemente Ganz Lúcio, em entrevista ao jornal Nexo: “Doenças ocupacionais deixam de ser traumas físicos para [se tornarem] doenças psicossociais, como estresse, depressão e ansiedade, que levam a longos afastamentos e têm um custo para políticas públicas enorme. O que estão produzindo são tragédias sociais.”

Inerentes às condutas do homem, as migrações socioespaciais, exprimem a fuga do desemprego, a busca por novas oportunidades, se enquadrando em meio aos desdobramentos provocados pelo tal. Em tese, Aldo Paviani⁷, assinala a injustiça social cometida com milhares de desempregados, que constituem uma corrente migratória no espaço geográfico, em razão dos inúmeros motores do problema, com atenção especial às crises econômicas e

⁷ : Artigo -Migrações com desemprego: injustiça social na configuração socioespacial urbana- Aldo Paviani. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8761>>

“seus impactos de diversas naturezas na indústria e no comércio”, geradores de ociosidade nos centros urbanos e êxodo rural. Faz referência também, ao desperdício de mão-de-obra e força de trabalho para a economia do país; um elemento a mais na série de fatores que levam ao crescimento dos gastos públicos e diminuição concomitante do PIB (posto que, em âmbito nacional, a mobilidade social não resulta em situações muito adversas das que foram vividas anteriormente, mantendo os indivíduos em quadros semelhantes de dificuldade financeira; já, quando pensado no contexto internacional, perde-se tanto na questão de mão-de-obra, quanto de renda, gerado pela produção per capita).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca das considerações expressas neste artigo, pode-se auferir que o desemprego é um fenômeno híbrido, fruto de um encadeamento de determinantes para sua precedência.

Na trama das relações sociais, distingue-se o quanto sua afetabilidade é superior nos segmentos populacionais empobrecidos, oriundos da política macroeconômica adotada, que sustenta o desmantelamento silencioso de um coeficiente exorbitante de homens e mulheres, afim de manter a moeda da camada social mais abastada. Em síntese, políticas públicas, cúmplices de interesses privados, fomentam não somente a manutenção do desemprego de forma consciente no meio social, bem como um assassinio indireto e massivo da população, tese defendida no trabalho de Mandelbaum e Ribeiro (2017), no qual é visualizado de forma aberta o funcionamento da rede fragmentada e antinômica que foi construída desde a instauração do capitalismo vigente.

Avaliando sob ângulo geo-histórico, é notório como as raças preponderantes são suficientemente opressoras e reducionistas, movidas pela primazia do biopoder, manipulam povos menos favorecidos colocando-os numa pirâmide global, através dos níveis de poderes econômicos e políticos que detêm. Essas manobras seletivas executadas no processo de estruturação social dos povos são propensas pelo acesso ao conhecimento que cada nação herdou desde sua colonização.

À parte, às imensuráveis sequelas e desfalques sofridos na infraestrutura brasileira, desde o domínio português que perpetuam até os dias de hoje, os investimentos no setor educacional conceituam-se como o único mecanismo de ação para o retorno do crescimento e desenvolvimento econômico do país. Pondera-se, que as reformas são necessárias para potencializar o avanço projetado para os próximos anos. Contudo, há necessidade de cautela e estudos acerca dos impactos que irá acarretar na população, posto que são personagens fundamentais que mantêm em equilíbrio a economia brasileira.

No que tange a esfera nacional e internacional é imprescindível que haja a minimização e superação dos gargalos sociais existentes, por intermédio da união dos povos.

4.BIBLIOGRAFIA

Gráfico 1: Crise econômica ao final do século XX-1970 a 2000: Advento de uma nova reorganização social e financeira; Kodja, Claudia, p. 41.

Gráfico 2: Crise econômica e taxa de lucros nos EUA, Ricardo, Dathein. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000200005>, acesso em 25/09/2017. Elaborado a partir de IMF World Outlook (2011).

Gráfico 3: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>>, acesso em 28/09/2017.

Gráfico 4: UNDP, 2014- <<https://pt.actualitix.com/pais/wld/indice-de-desenvolvimento-humano-por-pais.php>>, acesso em 28/09/2017.

Figura 1: <<https://www.dinheirovivo.pt/economia/desemprego-jovens-sao-os-mais-afetados/>>, acesso em 25/09/2017.

MANDELBAUM, Belinda. RIBEIRO, Marcelo. **Desemprego: Uma abordagem psicossocial**. São Paulo: Edgard Blucher, 2017.

BRESSER, Luis Carlos. **Crise e Recuperação da Confiança**. Revista de Economia Política, v. 19, n.1, pg 133-134, jan./mar. 2009.

LARIGUERA, Filipi Avila. **A relação de emprego e trabalho no mundo contemporâneo**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/91053>>. Acesso em: 25/09/2017.

KODJA, Claudia Chueri. **Crise Econômica ao final do século XX- 1970 a 2000: Advento de uma nova reorganização social e financeira**. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09112009-114329/publico/CLAUDIA_CHUERI_KODJA.pdf> . Acesso em: 26/09/2017.

CANESTRELLI, Ana Paula. **OIT: Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-global-projetado-para-aumentar-em-2016-2017/>>. Acesso em: 30/09/2017.

SALAMA, Pierre. **Argentina, Brasil e México diante da crise internacional**. Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100003>. Acesso em: 27/09/2017.

FERRARI FILHO, Fernando. PAULA, Luis Fernando de. **Superando a crise financeira atual?**. Disponível em: <<https://associacaokeynesiana.wordpress.com/tag/desregulamentacao-financeira/>>. Acesso em: 26/09/2017.

CASTRO, JOSÉ ROBERTO. **A reforma trabalhista cria empregos? Dois analistas de visões distintas respondem**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/10/A-reforma-trabalhista-cria-empregos-Dois-analistas-de-vis%C3%B5es-distintas-respondem>>. Acesso em: 11/10/2017.